



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº ____ DE 2023

(Da Sra. FERNANDA MELCHIONNA e Sra. SÂMIA BOMFIM)

Apresentação: 25/09/2023 13:33:07.980 - CASP

REQ n.75/2023

Requer a realização de Audiência Pública com o tema "A luta dos servidores contra a Reforma Administrativa".

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública sobre "A luta dos servidores contra a Reforma Administrativa" com os seguintes convidados:

1. Representante do **ANDES**, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
2. Representante do **Fonasefe**, Fórum das Entidades Nacionais dos servidores Públicos Federais;
3. Representante do **Fonacate**, Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado;
4. Representante da **Fenajufe**, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Federal e Ministério Público da União;
5. Representante do **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**.





JUSTIFICAÇÃO

As tentativas reiteradas de ataques ao serviço público e aos servidores brasileiros tomaram fôlego nos últimos quatro anos, durante o governo Bolsonaro. A mais evidente delas foi a apresentação nesta casa da PEC 32, conhecida como “Reforma Administrativa”, que objetiva alterações substanciais em regras da Administração Pública constantes na Carta Magna. Essas alterações vão desde a extinção da estabilidade dos servidores, passando por regras que abrem espaço para privatizações e descumprimento de direitos trabalhistas, chegando até disposições excludentes e que reforçam desigualdades.

Na prática, a PEC 32/2020, apelidada de “PEC do desmonte do serviço público”, apresenta cinco questões gravíssimas para a Administração Pública, a saber:

- a) Incentivará esquemas de corrupção, ao passo em que prevê o fim da estabilidade dos servidores, um direito duramente conquistado na Constituinte e que permite o exercício da boa administração por meio, por exemplo, da denúncia de supostos crimes e irregularidades sem que haja retaliações e perseguições aos servidores efetivos.
- b) Possibilitará a aceleração de privatizações, visto que prevê a contratação de empresas para operarem serviços públicos. Em resumo, as organizações poderão utilizar a força de trabalho (com exceção dos cargos típicos) e a estrutura física da Administração Pública e ainda serão remuneradas por isso.
- c) Permitirá a contratação de servidores com remuneração menor do que um salário mínimo, sem diversos direitos trabalhistas e previdenciários, ou seja, irá constitucionalizar condições de trabalho desumanas, que acarretarão em piora na qualidade do atendimento dos serviços públicos.
- d) Possui caráter excludente e reforça desigualdades, pois a impessoalidade nas contratações, garantida pelos concursos públicos, será substituída por processos simplificados e obscuros, que dificultarão o acesso de grupos sociais já marginalizados no mercado de trabalho, tais como: mulheres, mães com filhos pequenos, PCDs, negros, LGBTQIAP+, pessoas com mais de 50 anos.
- e) Permitirá uma espécie de terceirização irrestrita de serviços, abrindo





precedentes para a extinção dos concursos públicos como forma de investidura em cargo ou emprego público, instituindo regimes de contratação temporários mesmo para serviços fundamentais e permanentes em áreas como saúde, educação, assistência social, dentre outras.

Convém ressaltar, que as propostas de mudanças na legislação precisam representar avanço na qualidade do serviço público, mas isso não ocorrerá, certamente, com a dispensa de concurso público, por exemplo.

Diante de suas nefastas intenções, podemos dizer, sem qualquer embaraço, que a PEC 32/2020 não gerará progresso ou melhorias nos serviços públicos, mas permitirá não apenas corte de salários para os servidores e redução dos serviços prestados para a população, mas também uma verdadeira catástrofe social, visto que tais serviços públicos, atualmente, são prestados de forma gratuita (ensino, saúde, segurança e outros). Sob o risco de aprovação da PEC 32 pelo Congresso Nacional, tais serviços terão de ser pagos, pois o Estado irá deixar de prestá-los.

Mobilizados contra tamanho retrocesso, os servidores públicos tiveram êxito em frear a aprovação da proposta na última legislatura, mas seguem em alerta contra seu avanço, quem vem sendo noticiado nos meios de comunicação. Ainda que os defensores da PEC 32 não obtenham sucesso em sua aprovação, as entidades relacionadas para convite neste requerimento se mantém em mobilização contra qualquer tipo de retrocesso nos direitos dos servidores públicos.

Ante o exposto, contamos com o apoio das e dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 25 de setembro de 2023.

Deputada **FERNANDA MELCHIONNA**
PSOL/RS

Deputada **SÂMIA BOMFIM**
PSOL/SP





Requerimento de Audiência Pública **(Da Sra. Fernanda Melchionna)**

Requer a realização de
Audiência Pública com o tema "A luta dos
servidores contra a Reforma
Administrativa".

Assinaram eletronicamente o documento CD235584104200, nesta ordem:

- 1 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE

